





Resenha do artigo intitulado “A Insuficiente Proteção do Consumidor Brasileiro nas Normas de Direito Internacional Privado”¹


Review of the article entitled “The Insufficient Protection of the Brazilian Consumer in the Rules of Private International Law”

 ARK: 44123/multi.v6i11.1377

Recebido: 06/12/2024 | Aceito: 16/03/2024 | Publicado on-line: 21/03/2025

Kallyni Rodrigues Medeiros²


 <https://orcid.org/0009-0009-1295-3574>


 <http://lattes.cnpq.br/2949172367540322>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: kallynimedeiros@gmail.com

Renato da Costa Leite³

 <https://orcid.org/0009-0009-5103-9312>

 <https://lattes.cnpq.br/4144898137302187>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: costaleiterenato25@gmail.com



Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Insuficiente Proteção do Consumidor Brasileiro nas Normas de Direito Internacional Privado”. Este artigo é de autoria de: Iana Melo Solano; Bárbara de Melo Fernandes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Brasileira de Direito Internacional”, no Vol. 03, edição n. 01, jan.-jun., 2017.

Palavras-chave: Proteção. Relação de consumo. Consumidor brasileiro. Contrato internacional. Conflito de leis.

Abstract

This is a review of the article entitled “The Insufficient Protection of the Brazilian Consumer in the Rules of Private International Law”. This article was authored by: Iana Melo Solano; Bárbara de Melo Fernandes. The article reviewed here was published in the journal “Revista Brasileira de Direito Internacional”, in Vol. 03, edition n. 01, Jan.-Jun., 2017.

Keywords: Protection. Consumption ratio. Brazilian consumer. International contract. Conflict of laws.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta dos Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

³ Graduando em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “A Insuficiente Proteção do Consumidor Brasileiro nas Normas de Direito Internacional Privado”. Este artigo é de autoria de: Iana Melo Solano e Bárbara de Melo Fernandes. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Brasileira de Direito Internacional”, no Ano 2017, Vol. 03, n. 01, jan.-jun., 2017.

No que se refere às autoras deste artigo, é importante conhecermos um pouco sobre o currículo de cada uma delas. A formação acadêmica e a experiência profissional de uma autora desempenham um papel significativo na reflexão e no aprofundamento dos temas que ela se propõe a abordar. Vamos, portanto, explorar um pouco mais sobre cada autora.

A primeira autora do artigo, Iana Melo Solano, possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba e doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais. Atualmente, ela é professora efetiva da Universidade Federal de Campina Grande e atua como servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para mais informações sobre sua trajetória acadêmica, consulte seu currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/7220069362337064>.

A segunda autora do artigo, Bárbara de Melo Fernandes, possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e especialização em Direito Material e Processual Civil pela Faculdade Maurício de Nassau. Para mais informações sobre sua trajetória acadêmica, consulte seu currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8797615827318389>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, 1. Introdução; 2. Situação atual da proteção do consumidor internacional brasileiro no direito internacional privado; 3. Especificidades do consumo internacional; 4. Lacuna legislativa internacional em matéria de proteção do consumidor; 4.1 A proteção do consumidor nas relações internacionais no Mercosul e união europeia; 4.2 A arbitragem e a autonomia da vontade como elementos de conexão nas relações internacionais de consumo; 5. Considerações finais; e Referências.

A problemática abordada no artigo "A Insuficiente Proteção do Consumidor Brasileiro nas Normas de Direito Internacional Privado" é a vulnerabilidade do consumidor brasileiro nas relações de consumo internacionais, agravada pela falta de regulamentação específica e protetiva, especialmente em face do aumento do comércio eletrônico e das transações transnacionais.

A hipótese para o surgimento desse problema é que o consumidor brasileiro, diariamente, pode ser atraído por *telemarketing* e outros métodos utilizados pelo comércio eletrônico, aderindo a contratos de compra e venda em contextos internacionais. Essa adesão ocorre em um cenário no qual a legislação frequentemente oferece mais proteção aos vendedores e fornecedores do que aos compradores.

A solução para esse problema seria a criação de uma norma de Direito Internacional Privado que garantisse a proteção efetiva ao consumidor brasileiro ao celebrar um contrato de adesão em transações internacionais.

O objetivo geral do artigo é propor o afastamento da aplicação das normas tradicionais de Direito Internacional Privado, da arbitragem e da autonomia da vontade nos contratos de consumo internacionais, argumentando que esses mecanismos não oferecem uma proteção efetiva ao consumidor, que é a parte mais vulnerável na relação.

A pesquisa se justifica pelo aumento do comércio internacional e eletrônico, que expõe os consumidores brasileiros a ter relações de consumo com fornecedores estrangeiros, muitas vezes sem a proteção adequada. Essa exposição aumenta a vulnerabilidade do consumidor, dada a ausência de normas eficazes e específicas para resolver conflitos transnacionais. Além disso, a crescente integração econômica mundial torna urgente a adaptação das normas de proteção ao consumidor brasileiro ao cenário global.

O artigo adota a metodologia conceitual teórica e utiliza o método indutivo para analisar as normas brasileiras em comparação com as práticas de proteção ao consumidor em outros países. “A técnica de pesquisa é documental, eminentemente bibliográfica”.

As autoras destacam-se com uma contribuição valiosa e oportuna à literatura jurídica brasileira, trazendo questões cruciais sobre a proteção do consumidor no cenário internacional. As autoras demonstram uma sólida compreensão das complexidades inerentes ao Direito Internacional Privado, com uma análise que alia rigor acadêmico e profundidade na abordagem dos desafios enfrentados pelo consumidor brasileiro em um contexto globalizado.

Ao explorar a vulnerabilidade do consumidor brasileiro em contratos eletrônicos, Solano e Fernandes revelam uma preocupação notável com o impacto das normas internacionais e o descompasso que ocorre quando a legislação aplicável tende a favorecer o país de origem do fornecedor. O texto não apenas analisa criticamente essa questão, mas identifica como esse cenário enfraquece o consumidor, que se vê frequentemente submetido a normas estrangeiras menos protetivas. A análise cuidadosa sobre a insuficiência das normas brasileiras de Direito Internacional Privado para garantir uma proteção justa e eficaz ao consumidor é especialmente louvável, refletindo um compromisso das autoras em evidenciar a importância de reformas legislativas.

As autoras demonstram um domínio claro das especificidades do consumo internacional, trazendo questões fundamentais como o desequilíbrio informacional, a transitoriedade dos contratos eletrônicos e as dificuldades de acesso à justiça. Essa análise evidencia a maturidade com que as autoras discutem a necessidade de adaptação do Direito Internacional Privado às dinâmicas modernas, especialmente em face das relações comerciais transnacionais. De maneira perspicaz, Solano e Fernandes argumentam que o Direito Internacional Privado deve evoluir para integrar princípios de proteção ao consumidor, sugerindo que normas mais inclusivas e equilibradas possam assegurar os direitos dos consumidores.

Além disso, ao comparar as experiências do Mercosul e da União Europeia, o artigo reforça a importância da cooperação e padronização legislativa em blocos econômicos para a promoção de uma proteção uniforme e robusta. A análise sobre o Mercosul, e sua carência de políticas coordenadas para a defesa do consumidor, contraposta às práticas mais avançadas da União Europeia, demonstra a profundidade da pesquisa e o enfoque comparativo que enriquece a discussão. Essa perspectiva comparada agrega relevância ao texto, posicionando-o como um estudo que transcende o âmbito nacional e oferece contribuições para o desenvolvimento de normas de proteção de consumo a nível global.

Sobre a arbitragem e a autonomia da vontade, as autoras trazem uma análise perspicaz sobre as limitações da arbitragem obrigatória em contratos de consumo e sobre como a imposição de cláusulas compulsórias compromete a transparência e a justiça no processo. O artigo argumenta de maneira convincente que a adesão à arbitragem deve ser sempre voluntária e orientada, em consonância com os

princípios do Código de Defesa do Consumidor brasileiro, trazendo um olhar crítico sobre práticas que podem reduzir a proteção dos consumidores em litígios internacionais.

Por fim, Solano e Fernandes são elogiáveis por não apenas diagnosticar as deficiências do sistema, mas por sugerirem propostas concretas de evolução legislativa que integrem de maneira mais eficaz a proteção do consumidor no Direito Internacional Privado. Sua recomendação por normas específicas e políticas públicas voltadas para a defesa do consumidor em contratos internacionais é apresentada de maneira prática e fundamentada, refletindo um profundo compromisso com a defesa dos direitos dos consumidores brasileiros e uma visão progressista sobre o futuro do Direito Internacional Privado. Em resumo, este artigo representa uma contribuição essencial e refinada, que certamente enriquece o debate acadêmico e inspira futuras pesquisas e iniciativas legislativas no Brasil e além.

Referências

ALVIM, José Eduardo Carreira. **Comentários à lei de arbitragem**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo n. 55**, de 24 de abril de 1995. Aprova o texto do Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, concluído pelos governos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, em Las Leñas, em 27 de junho de 1992, no âmbito do Tratado de Assunção. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1995/decretolegislativo-55-19-abril-1995-358485-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=DECRETO%20LEGISLATIVO%20N%2055%2C%20DE%201995%20Aprova%20o,de%201992%2C%20no%20âmbito%20do%20Tratado%20de%20Assunção>. Acesso em: 31 de out. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.962**, de 15 de março de 2013. Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7962.htm. Acesso em: 30 de out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078compilado.htm. Acesso em: 30 de out. 2024.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <<http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Comércio eletrônico. Tradução de Fabiano Menke; com notas de Claudia Lima Marques. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 06-07, 2004. Disponível em: https://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000699672. Acesso em: 31 de out. 2024.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Disponível em: https://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000745352. Acesso em: 31 de out. 2024.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. Disponível em: https://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=000745352. Acesso em: 31 de out. 2024.